

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SOUZA, Antonio Candido de Melo . Antônio Cândido de Melo Souza (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 50min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Antônio Cândido de Melo Souza
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Marieta de Moraes Ferreira;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 25/02/2005

Duração: 1h 50min

Arquivo digital - áudio: 4; Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Almino Afonso; Ato Institucional, 5 (1968); Caio Prado Júnior; Congressos e conferências; Eduardo Gomes; Esquerda Democrática (1945-1947); Fernando Henrique Cardoso; Formação acadêmica; Guerra do Vietnã (1961-1975); Intelectuais; João Goulart; José Bonifácio de Andrada e Silva; Luiz Inácio Lula da Silva; Militância política; Obras de referência; Oliveira Viana; Partido dos Trabalhadores - PT; Partido Socialista Brasileiro - PSB; Partido Trabalhista Brasileiro - PTB; Pensamento social; Periódicos; Plínio Arruda Sampaio; Política operária ; Populismo; Revolução Cubana (1956-1959); Richard Morse; Socialismo; União Democrática Nacional; Universidade de São Paulo.

Sumário

Entrevista: 25.02.2005 Os estudos sobre a sociedade brasileira: de Oliveira Viana aos autores socialistas; o convívio, na infância, com militantes políticos de esquerda; a influência dos amigos Antonio Carlos e José Bonifácio de Andrada e Silva, e dos livros “História do Socialismo e das lutas sociais”, de Max Beer, e “Evolução política do Brasil” de Caio Prado Junior; comentários sobre o interesse por política, como teoria, e ausência de militância política; a importância do professor Jean Maugué e do crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes, para a mobilização política do entrevistado; a postura apolítica do entrevistado e do grupo que formou com ele a Revista Clima; a crítica de Paulo Emílio à neutralidade política do entrevistado, e a mudança de postura da Revista Clima a partir de uma “declaração” escrita pelo crítico; a formação e atuação política do Grupo Radical de Ação Popular (Grap), formado pelo entrevistado, Paulo Emílio, Paulo Zingg, Antônio Costa Correia, Germinal Feijó e Eric Sachs; a criação e atuação da Frente de Resistência (FR), composto por estudantes liberais e socialistas; a fundação, em 1945, da União Democrática Nacional (UDN) e da União Democrática Socialista (UDS) – da qual o entrevistado foi um dos fundadores; a participação na criação da Esquerda Democrática (ED) em agosto de 1945, a partir de um manifesto de Paulo Emílio, e a posterior dissolução da UDS; a organização do I Congresso Brasileiro de Escritores e o manifesto lançado neste congresso; as eleições de 1945 na qual a ED apoiou o candidato Eduardo Gomes, da UDN; menção ao arrependimento de Paulo Emílio em relação à aliança com a UDN; as justificativas históricas para a aliança entre ED e UDN, em 1945; a mudança do nome da Esquerda Democrática para Partido Socialista, em 1947; a atuação em um pequeno grupo de operários gráficos, liderados por Eric Sachs, que produziam o boletim Política Operária; breves comentários sobre João da Costa Pimenta; a dissolução do grupo de Eric Sachs e prosseguimento das atividades na ED, e, posteriormente no PSB; a atuação do entrevistado na Folha Socialista; as divergentes posições políticas que conviviam dentro do PSB; a disputa entre stalinistas e trotskistas e a posição de independência – mantida pelo entrevistado – que teria conduzido ao Partido dos Trabalhadores (PT); a fundação do PT, a partir da classe trabalhadora, e a inicial desconfiança em se travar um diálogo com a classe média e os intelectuais; o papel desempenhado por Mário Pedrosa para a instauração deste diálogo e para a filiação do entrevistado ao PT; o pedido de Febus Gikovate, para que o

entrevistado o representasse no PT; a decisão de ingressar no PT e a participação na reunião do Colégio Sion; as relações do PTB e do PSB com o operariado brasileiro; a percepção, olhando em retrospecto, da importância do populismo como uma forma de progresso, devido ao contexto dos anos 30; o afastamento, do entrevistado, da militância política, a partir de 1954; o retorno ao interesse político a partir de 1964, no final do governo João Goulart; as percepções do entrevistado na véspera e nos primeiros dias do Golpe Militar; o tempo como professor associado da Universidade de Paris, entre 1964 e 1966; o curso de inverno em Yale, em 1968, por convite de Richard Morse, momento em que o entrevistado entra em contato com o movimento em oposição à Guerra do Vietnã; a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5) e as consequências imediatas dentro da Universidade de São Paulo (USP); a atuação na Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Appes) e, posteriormente, na Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp); o grupo de debates “Paulo Emílio” fundado em 1978, pelo entrevistado, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio, e antigos membros do PSB; a posição contrária à fundação de um novo partido de esquerda no período da redemocratização; a adesão ao PT, assim que fundado, em 1980; a situação histórica do trabalhador no Brasil e seu desenvolvimento desde a República Velha até o momento da entrevista; comentários sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o apoio do entrevistado à Revolução Cubana; observações acerca da violência e da restrição da liberdade na política, em sociedades capitalistas e socialistas; a relação entre política e liberdade de criação na arte.

Entrevista: 25/02/2005

O despertar do interesse pela política¹

M.M. - Quando começou a sua preocupação com os problemas sociais e políticos?

A.C. - Foi em Poços de Caldas, onde nós morávamos. Nos anos de 1930 a minha geração se preocupou muito com os estudos sobre a sociedade brasileira. Eu comecei por historiadores e pensadores de tipo conservador, como Oliveira Vianna. Depois me interessei pelos estudos sobre o socialismo, sem ser socialista e mesmo sem ter qualquer preocupação prática. Apenas interesse intelectual. Convivi muito com um colega cujo pai era anarco-sindicalista e ele comentava comigo livros anarquistas e comunistas, mas eu polemizava com ele. A maior amiga de minha mãe em Poços era uma senhora italiana que tinha militado em São Paulo no movimento socialista no começo do século XX, antes de mudar para lá. Chamava-se Teresina Carini Rocchi e tinha grande cultura política, sendo antifascista exaltada. Ela deve ter contribuído para a minha orientação. Mas creio que é preciso destacar dois amigos e um livro, que foram decisivos. Os amigos foram dois rapazes de São Paulo que em 1933 mudaram para Poços, de onde era a mãe deles: Antonio Carlos e Jose Bonifácio de Andrada e Silva, ambos de esquerda, como era a sua família. Um tio deles, comunista militante, chegou a ser preso em 1935 depois da chamada "intentona". Eles me falavam de Caio Prado Júnior, comentavam as memórias de Trotski e me levaram a ler o tal livro que foi uma revelação: "História do socialismo e das lutas sociais", de Max Beer, em dois volumes na tradução brasileira. Isso foi em 1934. Em 1935 li outro livro revelador: "Evolução política do Brasil", de Caio Prado Júnior, que me mostrou a história do Brasil em perspectiva marxista. Nesse processo a biblioteca de meu pai ajudou, porque era cheia de livros políticos, inclusive sobre a Revolução Russa de 1917 publicados no calor da hora. Livros de Kautski, livros sobre Lenin e Trotski, resumo de "O Capital" etc. Havia também muitos sobre a União Soviética, e eu li alguns. Este foi o começo, que foi me levando a adquirir "sentimentos" de tipo socialista, a me opor ao fascismo,

¹ (Nota dos organizadores) Esta versão da entrevista, destinada à publicação, foi preparada pelo próprio professor Antonio Candido, tendo como base uma edição preliminar elaborada a partir da transcrição das fitas. Algumas informações contidas em notas elaboradas para a primeira versão editada foram incorporadas ao texto principal. Os intertítulos foram inseridos posteriormente, mas optamos por não acrescentar outras notas de rodapé, visando minimizar a interferência na forma final definida pelo entrevistado.

inclusive a sua manifestação local, o integralismo. Mas tudo não passava de interesse intelectual sem nenhuma participação efetiva. Aliás, devo dizer que tenho interesse político mas não tenho aptidão para a política. E por temperamento sou antes conservador. Sem querer me comparar a um grande homem, eu diria como Antero de Quental, um dos fundadores da Primeira Internacional em Portugal: "Em mim, só as idéias são revolucionárias. O temperamento é conservador"... Em 1936 vim estudar em São Paulo e me desinteressei completamente desses assuntos. Só a partir de 1939 voltei a me preocupar um pouco, devido a duas influências: a de um dos meus professores franceses da Faculdade de Filosofia da USP, Jean Maugüé, que era simpatizante comunista, e Paulo Emilio Salles Gomes, rapaz que conheci naquele ano, quando voltou da Europa, onde tinha se refugiado em 1937 depois de fugir do presídio político onde foi encarcerado no fim de 1935, na onda de repressão que sucedeu a tal "intentona". Ele foi o instrumento que me fez passar aos poucos do interesse à atividade. Posso dizer que só na altura dos vinte e quatro anos comecei a me comportar como alguém politizado.

M.M. - Como foi isso?

A.C. - Para dar uma idéia de como pensava o meu grupo de amigos, conto que fundamos em 1941 a revista "Clima", e um dos nossos pontos de honra era que ela devia ser apolítica, voltada apenas para o debate de idéias, as artes, a literatura. Aliás, não só não estávamos interessados em política, como havia a pesada censura do Estado Novo, que impedia qualquer vislumbre de esquerdismo ou de crítica ao regime. Chegamos a ter colaboradores integralistas, apesar de sermos contra o integralismo, porque queríamos ser abertos. Paulo Emilio combatia a nossa neutralidade, dizendo a mim e a Decio de Almeida Prado: "É melhor ser integralista do que não ser nada. Os integralistas pelo menos têm posição definida, e quem é como vocês não é nada".

M.M. - É um alienado...

A.C. - É isso. Paulo achava que a tarefa da nossa geração era política, e que era um dever tomar posição.

M.M. - Como o conheceu?

A.C. - Ele era amigo fraternal de Decio de Almeida Prado, seu colega de ginásio. Quando voltou da França no fim de 1939 Decio o apresentou ao nosso grupo. Na revista ele se encarregou da seção de cinema e em 1940 tinha fundado o Clube de Cinema. Muito mais tarde,

em 1954, depois de uma segunda estadia na França, fundou a Cinemateca Brasileira e começou aqui o grande movimento das cinematecas.

M.M. - Foi um período em que as vozes contra a ditadura começaram a se intensificar.

A.C. - Foi, mas relativamente pouco, porque, como disse, a censura era terrível. A vantagem é que naquele tempo os estudantes eram presos, mas não torturados.

M.M. - Era também o momento da Segunda Guerra Mundial, que tornou um imperativo moral a participação...

A.C. - Exatamente. A entrada do Brasil na guerra em 1942 fez a revista mudar de posição. Paulo Emilio sugeriu que nos manifestássemos e escreveu uma declaração que apareceu no número 11, julho-agosto de 1942, assinada por toda a equipe. Ela causou certo barulho e muitos disseram que era mais negativa do que afirmativa: contra isso, contra aquilo, mas a favor do quê? Então Paulo escreveu para o número seguinte, que saiu com muito atraso por falta de dinheiro em abril de 1943, um "Comentário" longo, dado sem assinatura como coisa da Redação, mas concebido, pensado e redigido por ele. É um documento no qual penso até hoje e foi uma das minhas bússolas políticas. Nele Paulo pôs a essência da sua transformação pessoal, e ele serviu de inspiração a muitos.

M.M. - Como?

A.C. - Quando foi preso em dezembro de 1935, com dezenove anos, Paulo era tacitamente stalinista, pois simpatizava com o Partido Comunista. Na França, para onde foi depois da fuga em fevereiro de 1937, mudou completamente. Teve conhecimento das atas dos infames Processos de Moscou, se relacionou com dissidentes como Victor Serge, com exilados espanhóis do POUM (Partido Obrero de Unification Marxista), com militantes do PSOP (Partido Socialista Ouvrier Paysan) dirigido por Marceau Pivert, quer dizer, com uma esquerda que não era stalinista nem trotskista, embora fosse de inspiração marxista. Então pôs de lado a doutrina oficial soviética e começou a pensar numa esquerda independente, nem stalinista nem trotskista, mas de base marxista e intuito revolucionário, ajustada a realidade do Brasil. Foi esta a orientação que nos trouxe e eu comecei a levar em conta. Ela correspondia às aspirações de muitos jovens que tinham sido da Juventude Comunista, que tinham alguns deles passado algum tempo no trotskismo, mas desejavam algo diverso. Paulo Emilio teve papel importante nesse contexto, porque era uma personalidade magnética e generosa. Foi o amigo mais

fascinante que tive. Não lembro bem se no fim de 1942, mais provavelmente no começo de 1943, ele aglutinou um pequeno grupo de debate e eventualmente ação, que denominamos pomposamente de brincadeira Grupo Radical de Ação Popular, GRAP... Éramos seis e nos reuníamos domingo de manhã na casa de um tio meu, onde eu morava. Queríamos debater política para esclarecer as idéias e também militar contra o Estado Novo. Fazíamos documentos, alguns panfletos, que distribuíamos. Por sorte, só um de nós, Paulo Zingg, foi preso nessa tarefa e ficou quinze dias na cadeia. Gilda, que era minha noiva e com quem casei pouco depois, colaborava na datilografia e na difusão dos panfletos.

M.M.- Quem eram esses seis?

A.C. - Um grupo diversificado. Além de Paulo Emilio e eu, Antonio Costa Correia, que militara na Juventude Comunista e a tinha abandonado por causa do Pacto Germano-Russo de 1939. Estava se formando em Direito e era cunhado de outro companheiro, Germinal Feijó, meu colega de turma na Faculdade de Direito, na qual eu cursava o 5º ano, já formado na de Filosofia. Germinal era um grande líder estudantil, um dos pilares da resistência universitária ao Estado Novo, de uma combatividade intemerata que o levava a ser preso freqüentemente. Havia também o referido Paulo Zingg, que tinha sido integralista, como tantos rapazes à busca de uma solução diferente da política oligárquica que predominava, mas se desiludira logo e viera para a esquerda. Ele simpatizara com o tenentismo e tinha uma posição curiosa: dizia que brasileiro não tinha nada a ver com o marxismo, coisa feita para a Europa, e que o importante era descobrir as nossas formas de radicalidade, desde as lutas do período regencial. Vinha depois um operário litógrafo austríaco de mãe russa, que tinha vivido na Rússia em menino, era marxista internacionalista, mas dissidente, influenciado por certos líderes anti-stalinistas do Partido Comunista Alemão, como Brandler e Thalheimer. Trabalhava numa livraria.

A.F. - Esse gráfico era o Eric?

A.C. - Sim, era Eric Czaskes, que muitos anos depois fundou a POLOP. Eu o tenho visto referido como Sachs, ou Sharf, talvez porque tenha alterado o nome por motivos de segurança, talvez para facilitar a difícil pronuncia, que é "Tchaskes". Mais tarde usou o pseudônimo político de Henrique Martins, não é?

A.F. - Exatamente.

A.C. - Esses companheiros tinham experiência política anterior. Eu não tinha nenhuma

e estava numa fase de leituras intensas de Marxismo, história social, Revolução Russa, fascinado sobretudo pelos livros de Trotski, que me influenciaram muito. E aprendendo com os amigos do GRAP. Este durou poucos meses, porque logo formamos com estudantes liberais e socialistas, sobretudo da Faculdade de Direito, um grupo bem maior e mais ativo, a Frente de Resistência, FR. Fizemos muitas manifestações e publicamos um jornalzinho clandestino no qual colaborei. Eric não quis fazer parte desse grupo.

A.F. - E as manifestações eram de que tipo?

A.C. - Por exemplo: a FR atuou contra a concessão do título de doutor honorário da USP ao ditador, que acabou tendo o bom senso de desistir da honraria. Apoiou organismos de oposição disfarçada, como a Sociedade dos Amigos da América. Aproveitava qualquer oportunidade como bailes, reuniões, cerimônias para atacar o Estado Novo. Fez muita agitação pela entrada do Brasil na guerra, fez documentos e manifestos, participou de passeatas. Uma delas, no fim de 1943, foi dissolvida a tiro pela polícia, com morte de um rapaz, vários feridos e muitos presos, inclusive um de meus irmãos. A FR procurou também se articular com a oposição liberal.

A União Democrática Socialista e a Esquerda Democrática

A.F. – E como surge a União Democrática Socialista?

A.C. - Em fevereiro de 1945, quando a ditadura já estava afrouxando bastante, estourou a famosa entrevista de José Américo de Almeida com Carlos Lacerda e acabou o arrocho da imprensa. Aí deu-se a inevitável decantação: os rapazes liberais foram para a então fundada UDN, União Democrática Nacional, e nós fundamos a UDS, União Democrática Socialista, para a qual vieram muitos rapazes liberais da FR, "convertidos" ao socialismo devido ao convívio conosco. A UDS foi um agrupamento efêmero mas muito vivo, que atraiu gente interessada como nós em tentar um tipo de socialismo independente. Eram elementos de valor que formaram conosco a partir de então, como Arnaldo Pedroso d'Horta, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo e outros. Vieram também alguns membros do antigo Partido Socialista de 1933, como Azis Simão, um grupo de operários metalúrgicos e um grupo de militantes negros. A UDS durou apenas alguns meses, mas para nós foi um momento importante, pela qualidade

das discussões e a formulação de idéias.

M.M. - E como era a ligação desta UDS com Esquerda Democrática?

A.C. - A UDS foi fundada creio que em março de 1945. A ED ainda não existia e só apareceu em agosto. Nós estávamos meio desanimados com as dificuldades de ação concreta e achamos que a UDS não tinha futuro. Paulo Emilio foi ao Rio e assinou o manifesto de lançamento da ED, e o mesmo fizemos em São Paulo Germinal Feijó, Paulo Zingg e eu quando Domingos Velasco veio lançá-la aqui. Muitos companheiros não concordaram e foram embora, como os metalúrgicos. Pouco depois a UDS se dissolveu.

A.F. - E vocês, nesse período, tinham algum contacto com o Partido Comunista?

A.C. - O Partido Comunista estava se encaminhando para a legalidade e nós éramos muito críticos em relação a ele, que tinha duas alas: a oficial, regida pela CNOP, isto é, Comissão Nacional de Organização Provisória, que preconizava o apoio ao governo Vargas, porque, ao entrar na guerra contra o fascismo, este ficara aliado da União Soviética. E um grupo de inconformados, que não admitiam o apoio à ditadura. Com estes nós tivemos não apenas contactos, mas esboçamos em 1944 uma ação comum, discutida em diversas reuniões, geralmente na casa de Caio Prado Júnior, estando sempre presentes, do lado comunista, além dele, Mario Schemberg e Artur Neves. Do nosso, Paulo Emilio, Germinal e eu. Sei que no Rio Astrojildo Pereira estava entre esses dissidentes. A tentativa de ação comum não foi longe, mas trabalhamos juntos no preparo do 1º Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo em janeiro de 1945. Os comunistas nos consideravam em geral trotskistas, o que não éramos, e só mais tarde, a partir da UDS, alguns ex-trotskistas se juntaram a nós. Mas para os stalinistas, "trotskista" era uma designação pejorativa aplicada a todos esquerdistas que não aceitavam a orientação soviética.

M.M. - O Congresso lançou um manifesto...

A.C. - Lançou um manifesto que não pode ser publicado nos jornais devido à censura e foi impresso em volantes distribuídos no dia do encerramento. Visto de hoje parece água com açúcar, mas naquele momento era considerado subversivo porque falava em liberdades democráticas, o que implicava o fim da ditadura. Logo depois começou o debate que acabou com a queda de Getúlio em outubro de 1945. O grupo de comunistas dissidentes estava articulado com os liberais para formar uma frente ampla de oposição, à qual foi dado o nome

de União Democrática Nacional/ UDN.

Caio Prado Júnior me disse que o nome foi proposto por ele, mas segundo outros foi por Virgílio de Melo Franco. Talvez tenha havido convergência. Mas logo o Partido Comunista começou a atuar como se já fosse legal e os dissidentes quiseram voltar ao aprisco. Aí tiveram que publicar duras autocríticas na grande imprensa. Eu tinha as de Caio, Schemberg e Astrojildo. Eram impressionantes.

M.M. - *Mea culpa, mea culpa, mea maxima culpa...*

A.C. - Exatamente. Paulo Emilio e Germinal também participaram de conversas com os liberais no preparo da tal frente ampla, mas não entramos nela e fundamos a UDS, Como disse. Só Germinal foi para a UDN por algum tempo, voltando para a nossa companhia já na Esquerda Democrática, pela qual foi candidato a deputado federal, não conseguindo ser eleito.

M.M. - Como foi o posicionamento de vocês nas eleições de 1945?

A.C. - Depois do período de ditadura, para nós o fundamental era a volta das liberdades civis, então nos aliamos aos liberais.

M.M. - À UDN. Votaram em Eduardo Gomes.

A.C. - Sim. Mas pelo menos em São Paulo a Esquerda Democrática não foi "ala esquerda da UDN", como tenho visto dito e escrito, sobretudo por companheiros do Rio. Nós nos aliamos para fins eleitorais com a UDN e o Partido Republicano, mas éramos um grupo independente, registrado como tal. Fizemos chapa comum UDN-PR-ED na qual entraram em São Paulo três candidatos nossos que não foram eleitos. Elegemos deputados federais em outros estados e eles imediatamente fizeram declarações na Câmara como partido independente à espera de registro, que veio em seguida. No fim da vida, Paulo Emilio dizia que uma das coisas que mais lamentava era essa aliança, inclusive porque a UDN se tornou muito reacionária, ao contrário do que parecia no começo. Mas acho que a nossa decisão naquele momento foi justa, porque se tratava de liquidar e superar a ditadura.

M.M. - É, porque dos outros partidos, o PSD nasceu dentro das interventorias e o PTB nasceu dentro do Ministério do Trabalho.

A.C. - Exatamente, de modo que a nossa decisão está historicamente explicada.

A.F. - E o PCB era muito vinculado ao stalinismo.

A.C. - O stalinismo era a sua razão de ser. Nas eleições de 1945 ele teve candidato próprio, que foi bastante votado. Estava num momento de prestígio, devido vitória dos aliados e o papel desempenhado nela pela União Soviética. Além do apoio popular, tinha grande voga junto à classe média e os intelectuais. Nós criticávamos a sua dependência em relação aos interesses da política soviética e eles nos hostilizavam. Nós éramos uma organização modesta, cujos elementos mais conseqüentes queriam que a ED se transformasse em Partido Socialista, o que aconteceu em 1947, quando remanescentes do partido com este nome fundado em 1933 e extinto pela ditadura em 1937 entraram para a ED e ofereceram a sigla. Naquela altura, 1945, eu era moço, mais radical, e achei que a ED era muito água com açúcar. Por isso, sem deixá-la, passei a atuar também num pequeno grupo de operários gráficos liderados por Eric Czaskes. Tirávamos um boletim mimeografado denominado "Política Operária" e procurávamos atuar no sindicato dos gráficos.

A.F. - Que tinha tradição de influência trotskista.

A.C. - É verdade, mas quem controlava no momento eram os trabalhistas. Nós nos reuníamos aos domingos, na sede do Brás da ED ou em minha casa. Eram uns poucos operários gráficos de boa qualidade, sendo que os mais velhos tinham começado no anarquismo, depois passaram pelo comunismo e agora pensavam como nós. O mais interessante deles era João da Costa Pimenta, de quem fiquei amigo. Foi um dos fundadores do Partido Comunista em 1922 e aparece na famosa fotografia. Em 1927 saiu na dissidência liderada no Rio pelo alfaiate Barbosa, passou ao trotskismo e acabou socialista independente. Mais tarde foi nosso candidato a senador. Atuei algum tempo com esse grupo, que se dissolveu, e acabei me acomodando de volta na ED, logo depois PSB, tendo inclusive participado do diretório estadual por dois anos como secretário de cultura.

M.M. - E colaborava também no jornal, não é?

A.C. - Atuei na "Folha Socialista", que preparávamos no GP-1, isto é, Grupo Profissional nº 1, formado por jornalistas, estudantes, professores. Nós nos reuníamos semanalmente no escritório de Arnaldo Pedroso d'Horta, que foi o principal redator, ajudado por Oliveiros da Silva Ferreira, um estudante muito ativo. Trabalhei bastante naqueles anos, inclusive como chefe da propaganda de rua em pelo menos três eleições. Era um trabalho cansativo que ocupava grande parte do dia e da noite, no esforço de reunir equipes, providenciar cola, arranjar veículos, sair até a madrugada para colar cartazes. O meu companheiro nessa faina foi Decio

de Almeida Prado.

A.F. - A partir dos anos de 1940 se manteve nessa vertente mais ligada ao socialismo democrático, nem stalinista nem trotskista. Mas dentro do PSB havia a participação de um grupo oriundo do trotskismo.

A.C. - Sim, e havia simpatizantes do stalinismo. No Rio isto era mais claro. Na direção nacional e na carioca, os de inclinação stalinista tinham peso e por isso dificultaram o quanto puderam a entrada do grupo de Mário Pedrosa, que, no entanto, acabou recebido e até transferiu para o partido o seu jornal "Vanguarda Socialista", se não estou enganado. Em São Paulo os antigos trotskistas foram sempre bem-vindos e integravam conosco a linha diretriz, mesmo porque éramos leitores e admiradores de Trotski. Os elementos de pendor stalinista aqui eram poucos e não influência. Isto explica o que disse um importante intelectual do PCB daqui a Sérgio Buarque de Holanda, nosso companheiro, quando ele veio do Rio: "No Rio o Partido Socialista é muito bom, mas em São Paulo é uma cambada de trotskistas".

A.F. - Esta situação vinha da criação do PSB ou já da Esquerda Democrática?

A.C. - Vinha da Esquerda Democrática, mesmo porque a mudança de nome não alterou nada. Naquele tempo o stalinismo predominava absoluto e mesmo os vagos simpatizantes se ligavam a ele na medida em que tinham como ponto de referência a União Soviética. Era o tempo em que os comunistas se referiam a Stalin como "o guia genial dos povos". Os trotskistas eram uma pequena minoria e pouca gente valorizava Trotski, as suas críticas e as suas obras. Hoje, tudo mudou. Muita gente, muitos grupos se declaram trotskistas e o trotskismo adquiriu uma generalidade e uma importância internacional que não se supunha possível. Inversamente, "stalinista" virou xingo e os antigos stalinistas não aceitam esta qualificação nem querem mais saber dos seus dogmas anteriores. Para quem viveu o longo tempo que vivi é uma curiosa reviravolta...

M.M. - Retomando a questão da Esquerda Democrática e o Partido Socialista serem no Rio mais próximos do Partido Comunista, é porque entre 1945 e 1947 este ganhou lá uma dimensão popular importante, com muitos parlamentares, inclusive Prestes senador.

A.C. - E digo mais. Os parlamentares comunistas levavam a sério a tarefa e se destacavam entre os outros. Quando foram cassados, o nível da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas caiu muito. Eles não brincavam em serviço, tinham consciência dos

problemas nacionais, eram íntegros e obrigavam os outros a trabalharem bem. Gosto sempre de frisar o seguinte: por motivos doutrinários nós éramos contra o stalinismo, mas não éramos anti-comunistas, e pessoalmente sempre reconheci as grandes qualidades dos militantes comunistas, que podiam estar errados ao confundirem socialismo com interesses soviéticos, mas atuavam com bravura, espírito de sacrifício e desprendimento. Eles formavam uma organização poderosa e vasta e nos atacavam como se fossemos traidores, de maneira que reagíamos ao nosso modo. As tensões pessoais eram muitas e eu fui bastante xingado, inclusive por escrito, havendo rupturas pessoais penosas. O que criticávamos era sobretudo a subordinação do PCB aos interesses da política soviética, mas como para eles esta era a encarnação da verdade socialista, éramos considerados réprobos. Não quero generalizar nem envolver os meus companheiros do PSB, mas pelo menos para alguns de nós o desvio em relação ao socialismo começou com Lenin, quando foi suprimida a democracia proletária e se instaurou o reinado do partido único. Por isso muitos de nós assumiram a posição crítica de Rosa Luxemburgo, como foi o caso dos antigos trotskistas do Rio unidos em torno de Mário Pedrosa e da "Vanguarda Socialista". Nesse ponto discordávamos dos trotskistas, que continuavam bolchevistas ao seu modo. Não sei se é muita pretensão dizer que a nossa posição de independência dentro do socialismo correspondia ao melhor caminho da história: o que conduziu ao PT.

Do Socialismo democrático ao PT

A.F. - Há uma série de paralelos entre essa conjuntura de 1945 e a de 1978-1979. Ambas foram conjunturas de lutas pela redemocratização, a abertura política, com novos movimentos, crise das ditaduras e efervescência social muito grande. No próprio movimento operário, pois em 1944 - 1945 houve uma onda de greves e novas lideranças. Parece que o grupo de vocês, vindo do socialismo mais independente, percebeu claramente que havia no PT a realização de possibilidades anteriores frustradas.

A.C. - Acho que sim. A diferença é que nós éramos um pequeno grupo de classe média com muito pouco apoio popular, e o PT surgiu do povo trabalhador. E era tão cioso da sua origem, que Lula não queria conversa com intelectuais e estudantes. Mário Pedrosa, que viu

imediatamente a potencialidade daquele grupo de metalúrgicos, foi um dos que o convenceram a mudar este ponto de vista. Mário insistiu muito comigo para aderir ao novo partido e isto pesou. Mas o que pesou mais para vencer a minha decisão de nunca mais participar de alguma agremiação política foi uma entrevista com Febus Gikovate, que estava gravemente enfermo na Santa Casa. Ele tinha começado na altura de 1932 como militante do PCB, depois ficou trotskista e acabou desejando uma solução diferente, o que o fez juntar-se a nós. Foi um dos dirigentes mais lúcidos do PSB e no começo de 1980 estava muito mal. Fui visitá-lo, e sabendo que estava deprimido, inventei uma história para animá-lo, dizendo que havíamos sido convidados para reuniões preparatórias do PT, mas eu não iria. Ele me disse que eu deveria ir, porque o PT representava a realização do que desejávamos na mocidade e não tínhamos conseguido, pois agora a iniciativa era dos próprios trabalhadores. E completou: "peço que você me represente e diga que não vou porque estou indo para outro lugar", maneira de dizer que estava perto da morte. De fato, morreu no dia seguinte. Isto foi o empurrão final. Decidi entrar no PT e estive na reunião histórica do Colégio Sion. Gikovate foi um dos socialistas mais autênticos e clarividentes que conheci.

A.F. - Aquela experiência com Eric Czaskes, de tentar um trabalho junto ao movimento operário por meio dos gráficos, era aparentemente algo que não prosperava muito. O PCB tinha mais facilidade de penetração.

A.C. - E o PTB também.

A.F. - E o PTB também. Então, não restava muito espaço...

A.C. - Nós não tínhamos espaço junto a classe trabalhadora. Lembro a propósito o que dizia Lívio Xavier, antigo militante trotskista e o maior amigo de Mário Pedrosa. Mais ou menos o seguinte: "Vocês do PSB estão errados, porque não se faz política socialista sem o operariado e vocês não têm apoio operário. Mas têm idéias e são bons quadros de esquerda, de modo que deveriam entrar para o PTB e lutar para transformá-lo num partido socialista".

M.M. - Mas qual era a grande dificuldade desse grupo do PSB de conseguir uma penetração maior no meio operário?

A.C. - Talvez não tivéssemos competência e ficássemos absorvidos pelo debate ideológico, mas o principal fator negativo é que, como ficou dito, naquele tempo a operariado brasileiro, em fase de expansão, estava quase totalmente nas mãos do PTB, que era instrumento

oficial. Mesmo o Partido Comunista não tinha tanta penetração.

M.M. - Uma entrada muito limitada...

A.C. - Pela minha experiência em São Paulo, eu diria que o PC tinha bastante apoio operário, mas o seu forte eram a pequena burguesia, o funcionalismo, os intelectuais. O grosso da massa operária, de formação recente e pouca instrução política, estava mesmo com o PTB.

A.F. - E posteriormente, aqui em São Paulo, com Jânio, com Ademar...

A.C. - Com o populismo em geral. Provavelmente nós não soubemos compreender o fenômeno do populismo, e hoje tenho uma visão diferente de Getúlio Vargas e do governo dele. Se fosse recomeçar, de certo atuaria como atuei, porque para nós o importante politicamente era a luta contra uma ditadura que simpatizava com os fascismos da Europa. Mas pensando historicamente, eu pergunto a mim mesmo se num país como o Brasil dos anos de 1930, com um povo sem consciência política, sem instrução, dominado pelas oligarquias, o populismo não terá sido uma força de progresso, melhor do que o predomínio das classes dominantes tradicionais.

M.M. - Sem dúvida.

A.C. - Seja como for, Getúlio representava a modernização, a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrializado. Nesse processo, quem educou bem ou mal politicamente a massa trabalhadora não foi o Partido Comunista, e muito menos o Socialista. Foi o sindicalismo paternalista dirigido pelo Ministério do Trabalho. Nós não compreendemos isto naquele momento, não avaliamos o papel histórico de Getúlio e do trabalhismo. Falávamos que não queríamos uma solução russa, mas não percebemos que uma solução brasileira talvez passasse pela fecundação ideológica do populismo. Mas isso são especulações, e é preciso reiterar que o getulismo tinha afinidades com o fascismo, e isso não se podia tolerar.

M.M. - Nos anos de 1950 você se afastou da vida política?

A.C. - Eu militei de 1943 a mais ou menos 1954. A propósito devo confessar honestamente que não gosto de fazer política. Acho que nunca fui com prazer a uma reunião política e se militei foi por achar que era o meu dever. Na minha geração, que cresceu depois da Revolução de 1930, muitos achavam que tínhamos uma responsabilidade social.

M.M. - Um compromisso com o Brasil

A.C. - É isso, um compromisso. Não sei quem disse que a nossa primeira obrigação é lutar contra o que somos por inclinação. Isso explica um pouco a minha militância, que foi uma atividade contrária a minha natureza, mas que me impus e cumpri enquanto pude. Mais do que pude, porque afinal até bem pouco estive envolvido com a política. Mas voltando aquele tempo, depois de 1954 me afastei do PSB, continuando como membro pagante, com uma ou outra atividade. E quando havia uma crise, corria para lá, pois sempre mantive a amizade e o bom entendimento com os companheiros. A propósito como tenho falado muito de Paulo Emilio, que, foi quem me levou a militância, quero registrar um fato curioso: em 1946 ele foi de novo para a França, agora por livre e espontânea vontade, e lá ficou até 1954, sendo que nunca mais teve atividade política regular, lá ou aqui. Mas nunca deixou de assumir individualmente atitudes políticas, sempre com muita coragem e, obviamente, sempre como socialista.

M.M. - Durante o governo Jango o Partido Socialista teve um papel importante.

A.C. - Teve, mas eu estava completamente afastado. Só tive um esboço de interesse no fim do governo Jango, em 1964. Me entusiasmei com o seu cunho popular, com os centros de cultura, com o governo Arraes em Pernambuco. Por ocasião do famoso comício da Central eu dizia aos amigos: "O discurso de Jango é a plataforma do Brasil futuro". Aí estourou o golpe. Eu estava no Rio e creio que sai no último avião que veio para São Paulo. Mas não percebi nada antes, embora tenha achado esquisita uma movimentação de militares que vislumbrei da janela do hotel.

M.M. - No dia do golpe?

A.C. - Na véspera. Acho que vale a pena contar. Eu tinha ido ao Rio resolver alguns problemas e acompanhar uma filha que ia fazer lá o curso superior, tencionando ficar uns dois ou três dias. Minha filha foi para a casa de um tio, meu cunhado, e eu para o Hotel Aeroporto, num quarto dos fundos. De noite ouvi um vozerio, fui à janela, que dava para uma viela estreita entre os prédios, e vi lá embaixo grupos de homens fardados que passavam falando animadamente. Como no dia seguinte consegui fazer tudo o que queria, decidi voltar logo para São Paulo e do Aeroporto Santos Dumont telefonei a minha filha dando conta disso. Ela me disse então que seu tio, piloto da Panair, tinha chegado em casa dizendo que havia um boato de golpe e os aviões não estavam voando. Eu respondi mais ou menos: "Diga a seu tio para não ser reacionário e alarmista. Está tudo normal, eu já estou com a ficha de embarque e vou tomar o avião." De fato embarquei, cerca das quatro horas da tarde. A bordo abri um jornal e li que

na véspera cabos e sargentos do Exército e da Marinha, reunidos, exigiam, etc, etc., e então compreendi: os fardados que eu vira na véspera na janela do hotel faziam parte deste movimento. Tomei um susto, senti a gravidade da situação e chegando em casa disse a minha mulher: “De duas uma: ou o governo está senhor da situação e por isso está apostando alto, ou então vamos ter uma guerra civil, porque o que houve ontem no Rio foi a instalação de um verdadeiro soviet de soldados e marinheiros”. Dali a pouco começou a noticiar... Dois ou três dias depois começaram as repercussões na Universidade.

A USP e a resistência à Ditadura Militar

M.M. - Como foi?

A.C. - Conto o que vi. A Diretoria e muitos cursos da Faculdade de Filosofia, inclusive o meu, de letras, funcionavam na rua Maria Antonia. Fui dar a aula do período noturno e quando virei a rua Dr. Vila Nova e entrei na Maria Antonia fui de encontro a um magote de estudantes e alguns professores que vinham correndo. A Faculdade tinha sido invadida pela polícia e havia dentro professores e alunos retidos em salas de aula. Tentei entrar, mas os policiais da Guarda Civil não deixaram. Fiquei por ali para ver o que aconteceria e assisti o espetáculo deprimente dos espíões infiltrados como estudantes indicando colegas que a polícia recolhia em camburões. E vivi um episódio significativo. Vendo-me circular de lá para cá na calçada, um policial civil perguntou quem eu era e o que estava fazendo ali. Expliquei que era professor e ele, rispidamente: "De que seção?" Quando soube que era de letras, disse: "Ah! bom". Vi então que visados eram os colegas de ciências sociais e filosofia, como ficou claro em seguida. Pelo fato de estar afastado havia muito da política e sobretudo por ser de letras, nada me aconteceu.

M.M. - Uns tempos depois você viajou para o Exterior?

A.C. - É verdade, e muita gente pensa que sai do Brasil por estar sendo perseguido. Não é certo. Eu já estava comprometido a passar uns tempos de docência na França, e justamente dois dias antes da invasão da Faculdade, chegando lá cedo encontrei um telegrama do Itamarati comunicando que o presidente da França me havia nomeado professor associado da Universidade de Paris para o período 1964-1966. Isto me contrariou, porque eu assumira o compromisso muito antes, mas naquele momento achei que não era hora de sair do Brasil.

Cheguei a adiar a ida, que deveria ser em setembro, e só fui em novembro. Mas não fiquei o tempo todo. Recebi notícias desagradáveis daqui, inclusive cartas de amigos que se sentiam perseguidos e decidi antecipar a volta, que deveria ser em julho de 1966. O diretor da Faculdade de Letras foi compreensivo e vim de volta em março. Mas é preciso dizer que depois de um começo assustador o regime militar abrandou e só foi piorar no fim de 1968 com o AI-5.

M.M. - E houve um momento em que foi para Yale.

A.C. - Eu não gosto muito de sair do Brasil, e só fui para Yale por insistência de um grande amigo, Richard Morse, autor de um livro notável sobre a cidade de São Paulo. Aceitei apenas para o semestre de inverno, janeiro-junho de 1968, e a estadia lá foi importante para me trazer de volta a militância, porque vi como os colegas se empenhavam com firmeza na luta contra a guerra do Vietnã, e mesmo os estrangeiros não hesitavam em criticar o país que os hospedava.

M.M. - Você chegou aqui a tempo de assistir o AI-5?

A.C. - Cheguei bem antes, em junho, e encontrei uma situação explosiva na Faculdade de Filosofia. Fui logo convocado para uma reunião e disse a minha mulher: "Temos que decidir. Ou ficamos quietos em casa, ou entramos nessa agitação. Se formos, vamos para uma situação complicada cujo fim não sei qual será". Decidimos ir e fomos. Naquela altura a administração da Faculdade já estava na Cidade Universitária. Na Maria Antonia acho que só ficaram as letras. O prédio foi ocupado pelos estudantes, formaram-se as comissões paritárias destes e de professores, começou o debate sobre a reforma universitária. Aí surgiu o conflito entre os nossos estudantes e os do fronteiro Mackenzie, estes, apoiados por forças armadas e policiais. Houve bombas e tiros, as polícias civil e militar intervieram com grande parcialidade, prendendo estudantes e professores da Faculdade de Filosofia. Depois de ocupar violentamente os nossos prédios a polícia militar os fechou e tivemos de ir as pressas para a Cidade Universitária terminar o ano letivo em salas emprestadas. Foi quando propus que se fizesse um "Livro Branco" relatando o que acontecera na Maria Antonia. Formamos uma comissão, reunimos grande material de noticiário, entrevistas, depoimentos, fotografias. Estas desapareceram curiosamente da Diretoria, onde estavam depositadas, e o Livro Branco saiu sem elas. Fizemos cópias mimeografadas e muito mais tarde elas foram transformadas em livro por sugestão de Carlos Guilherme Mota.

M.M. - E você continuou nessa militância universitária, digamos assim?

A.C. - Fazia-se o que era possível. Havia inclusive colegas e estudantes a esconder, ou a ajudar na fuga, documentos pessoais a providenciar, etc. Dei uma mão nisso, mas prefiro sempre não falar a respeito, porque não sei se os interessados gostam de ser identificados.

M.M. - Claro. Mas você participou nesse período da criação da Associação dos Docentes da USP, não foi?

A.C. - Isso foi em 1977. Bem antes, no fim de 1968, antes do AI-5, surgiu a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior, APPES, ideada pelo professor Alberto Muniz da Rocha Barros, da Faculdade de Direito, a fim de participar da reforma universitária, opor-se à interferência do governo, defender os colegas ameaçados ou perseguidos. O primeiro presidente foi o professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Depois foi Goffredo da Silva Telles Júnior, sendo eu vice-presidente. Era tudo gente firme de oposição à ditadura. Em dado momento do ano de 1969 Goffredo foi detido e a seguir não conseguimos mais salas para as reuniões, com certeza por prudência dos responsáveis. Então a APPES acabou, mas foi um bom momento de luta. Anos depois fundou-se a ADUSP, com uma diretoria provisória chefiada por Crodowaldo Pavan, substituída para o mandato 1977-79 por outra, presidida por Modesto Carvalhosa, professor da Faculdade de Direito, e eu como vice. Essa diretoria chefiou a greve de 1979, creio que a primeira de docentes do ensino superior no Brasil.

A.F. - Essa atividade sindical dentro da universidade ajudou também a aproximá-lo, a sintonizá-lo um pouco mais com o que estava acontecendo no movimento sindical?

A.C. - Não, porque a nossa diretoria funcionou antes do sindicato. Era ainda apenas uma associação de professores.

A.F. - Mas tinha atuação reivindicatória, Greves...

A.C. - Tinha, e eu insistia para nos associarmos aos funcionários, que participaram conosco da greve durante os trinta dias que durou.

O novo sindicalismo, o debate sobre a proposta de um partido socialista e a fundação do PT

A.F. - E a sua adesão ao PT?

A.C. - A princípio achei que ainda não era hora de fundar um novo partido desse tipo. Estávamos saindo da ditadura e contra ela havia um grande bloco que era o MDB, abrangendo várias tendências que, unidas, tinham muita força.

M.M. - A idéia de Frente era muito forte, não é?

A.C. - Era, e como dizia um amigo meu, para quê sair de um Boeing para voar num teco-teco? O que não quer dizer que eu não estivesse interessado na fundação eventual de um partido de tipo socialista, quando fosse o momento. Lembro de reuniões neste sentido em 1978, na nossa casa e outros lugares, com alguns que voltavam do exílio, como Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio e antigos companheiros do PSB, como Febus Gikovate, Paulo Singer, Antonio Costa Correia. Na casa deste houve diversos encontros e chegamos a fundar um centro de debates que recebeu o nome de Paulo Emilio, falecido infelizmente em 1977. A minha participação foi pequena, mas lembro que presidi pelo menos a primeira sessão pública, bastante concorrida, numa sala da PUC, na qual muita gente de antigos movimentos se reencontrou falando abertamente depois de tantos anos de fechamento. Foi emocionante. Enquanto isso os metalúrgicos do ABC iam elaborando o seu projeto e eu repetia que no meu modo de ver ainda não era o momento de fundar um novo partido de esquerda, mas ressalvava que se ele fosse fundado eu aderiria. Disse isto na entrevista a um jornal em Florianópolis, disse à margem de reuniões no ABC, disse numa sessão do sindicato dos jornalistas presidida por Lula. De modo que quando o PT foi fundado, aderi imediatamente.

A.F. - Porque o grupo de vocês, que vinha do socialismo independente, percebia que o movimento operário era o dado novo.

A.C. - Correspondia ao que tínhamos querido e nos faltava. No sei se os meus amigos mortos teriam entrado e é certo que alguns vivos não entraram. No entanto, entrei pensando em todos eles, porque estava certo de que o PT poderia realizar os nossos ideais, como pensavam também velhos companheiros do porte de Mário Pedrosa, Plínio Mello e Febus Gikovate. No dia da fundação eu estava no Colégio Sion sentado entre dois antigos companheiros do Partido Socialista: Paulo Singer e José Artur Gianotti, que depois saiu e ficou com Fernando Henrique.

A.F. - Ele se tornou virulentamente anti-PT...

A.C. - É verdade, mas antes disso fomos companheiros. Depois ele mudou de rumo. Agora, para situar o que venho dizendo, gostaria de voltar ao passado e lembrar que em minha mocidade o horizonte ideológico tinha uma espécie de imagem ideal, que era a noção de proletariado como agente necessário da transformação rumo ao socialismo. Daí decorria a idéia de revolução promovida por um partido que fosse a elite do proletariado aliada aos intelectuais que se identificavam a ela. No fundo, era a fascinação pela Revolução Russa e o seu guia Lenin. A nossa opção política consistiu em parte na decisão de rejeitar esta concepção, não aceitando as soluções pensadas para a Rússia, como o stalinismo, forma degenerada do leninismo, e o trotskismo, que importava em pensar ainda em função dente. Daí a convicção de que as chamadas liberdades burguesas eram na verdade conquistas fundamentais da sociedade em geral e tinham validade permanente. O lema do Partido Socialista Brasileiro, "Socialismo e liberdade", era glosado assim a cada passo pelo nosso presidente João Mangabeira: "Socialismo sem liberdade não é socialismo. Liberdade sem socialismo liberdade não é". O grupo de que eu fazia parte estava imbuído da necessidade de manter este par a todo o custo, levando sempre em conta as condições locais. Uma das idéias, digamos especificamente brasileiras que influíram muito em mim foi formulada em certo trecho do manifesto da UDS, redigido em 1945 por Paulo Emilio: "Na história do liberalismo e da pseudo-democracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira". Isto ficou no meu espírito pela vida afora e me levou a achar que só quando todos os setores da sociedade tiverem capacidade e possibilidade de se manifestarem politicamente será possível falar em democracia no Brasil e encaminhar as reformas no rumo do socialismo. Na República Velha, quando eu era menino, os liberais estavam convencidos de que viviam numa democracia, o que estava certo apenas para a classe dominante. Era uma democracia restrita de elites que se consideravam a nação. Depois de 1930 a transformação econômica, causando aumento considerável dos trabalhadores urbanos, foi habilmente enquadrada pelo governo, que patrocinou a entrada maciça deles na esfera política, e isso ampliou consideravelmente a participação na vida pública. Mas só na segunda metade do século XX o trabalhador rural começou a penetrar nela, a partir da capacidade de se organizar e lutar, o que teve início sistemático com um companheiro nosso do PSB, Francisco Julião e as suas ligas camponesas, a partir de 1955. No entanto, o processo só amadureceu com o MST, que, como diria Celso Furtado, é o movimento social mais importante do Brasil no século XX.

Portanto, a partir de agora começa a haver condições para se instaurar no Brasil uma verdadeira democracia, sem a qual não haverá socialismo possível. Apesar dos seus tropeços, o PT poderá ser decisivo nesse processo.

Democracia, socialismo e cultura: Uma leitura em perspectiva da realidade brasileira atual

A.F. - Você diz que participou da reunião do Sion discretamente, mas tem acompanhado a trajetória do partido. Como compara o PT de origem com o de hoje, no governo federal?

A.C. - Na reunião do Sion apenas assisti e aderi. Esclareço que me afastei das atividades partidárias quando Lula foi eleito em outubro de 2002. Naquele momento considerei encerrada a minha modesta atuação política e de lá para cá só tive uma ou outra participação em caráter excepcional. Isso posto, respondo a sua pergunta. É claro que o governo não está trabalhando no sentido do socialismo. Além disso, vários setores do PT se desmandaram, mostrando mais uma vez a fragilidade humana em face do poder e o doloroso afastamento entre projeto e realidade. Um partido que chega ao governo corre o risco de não apenas sacrificar os seus propósitos ideais para se ajustar as possibilidades concretas, mas atrai vertiginosamente os oportunistas de toda a casta que querem proveitos. O que pensar do PT no poder? Acho que se as injunções nacionais e internacionais são de tal ordem que seria impossível no momento sair do trilho imposto por elas, mas prefiro que este conformismo seja praticado por representantes de um partido como o PT, porque dentro dele existe um fermento de justiça social que faz parte da sua natureza e quem sabe poderá acabar adquirindo corpo para reverter a situação atual. As soluções revolucionárias estão suspensas, de modo que é imperativo trabalhar como for possível, e neste sentido o atual governo está fazendo um esforço ponderável de promoção humana dos miseráveis. Um problema cruel é que no Brasil além da grande pobreza há a miséria, e o atual governo é o primeiro a fazer deliberadamente uma política que leva em conta os miseráveis. Podem dizer que é assistencialismo, etc, mas acho um progresso notável, que inclusive já se refletiu no aumento do poder aquisitivo de setores antes praticamente excluídos do mercado. Repito que no Brasil as transformações têm de ser feitas de maneira diferente, baseadas na incorporação à vida política e econômica dos setores excluídos. A entrada do

trabalhador rural na atividade política e a atenção aos espoliados máximos são sinais positivos aos quais este governo me parece sensível, e espero que os saiba aproveitar.

A.F. - Em 1988, numa entrevista à revista "Teoria e debate", feita por Eder Sader, você mencionava Cuba como referência forte de socialismo. Essa conversa se deu num período anterior a queda do socialismo real da União Soviética, etc. Hoje consideraria que Cuba ainda é uma referência importante? Há algum modelo que destacaria?

A.C. - Não imagino para o Brasil o modelo cubano, mas continuo apoiando revolução cubana, apesar de todas as coisas negativas que tem acontecido lá. Por quê? Porque estive em Cuba três vezes, em 1979, 1981 e 1985, sendo que nas duas primeiras vezes passei lá quase um mês. Pude então ver uma sociedade relativamente igualitária, na qual pela primeira vez na América o negro não era discriminado, onde a miséria foi extinta, a educação se tornou universal, a assistência à saúde é para todos. Lamento, é claro, as graves imperfeições, inclusive as restrições à divergência política, mas lembro que em certos momentos da história de um país há sacrifícios a serem feitos. E não tenho dúvida em dizer que nas fases de construção do socialismo, se for preciso optar entre liberdade e igualdade, acho que se deve optar pela igualdade.

A.F. - Mas o nosso modelo nós vamos ter que construir por conta própria.

A.C. - Claro. O ideal é construirmos um modelo de igualdade com liberdade. Mas se fosse instaurado no Brasil um regime de restrição as liberdades democráticas durante um tempo necessário para assegurar realmente as bases da igualdade econômica e social, eu o justificaria. Talvez até não aderisse a ele, mas justificaria teoricamente. Nunca houve...

M.M. - Mudança social radical...

A.C. - ...sem violência, ou quase. Ela é lamentável, como a guerra é lamentável, mas é um traço do comportamento dos indivíduos e das sociedades. No momento o recurso à violência está afastado pela própria conjuntura histórica e estou apenas especulando, mesmo porque sou contra qualquer tipo de violência, embora reconheça a sua função histórica. A propósito: os liberais e conservadores costumam associar o uso da força à esquerda, mas desde que me entendo por gente, no Brasil ela sempre foi usada por eles. Uma única vez, em 1935, a esquerda recorreu a ela, enquanto a direita a praticou em 1930, em 1932, em 1964, nos golpes de 1937 e 1945, além de tentativas como a de 1955. Na verdade, reconhecer que a violência é

componente eventual da ação política não caracteriza a esquerda ou a direita. É apenas uma verificação do que ocorre na vida das sociedades. A propósito, quero dizer que o que tem me preocupado ultimamente é o receio de que o Brasil esteja mais ou menos condenado pela sua formação gravemente desarmônica a ser um país cujo desenvolvimento pressupõe a polarização da prosperidade em cima e a espoliação em baixo, como parece ser o caso da China e da Índia. Se a violência pudesse resolver isso deveríamos aceitá-la? Não sei. O caso da China, que a usou largamente durante decênios para chegar a uma espécie de capitalismo de estado faz pensar. De modo que, seja qual for a nossa visão histórica, é preciso lutar para que o abismo da desigualdade constitutiva do Brasil seja transposto mediante formas democráticas.

A.F. - Uma última pergunta: como vê a relação entre cultura e política? A sua geração foi marcada fortemente pela política e também pela busca de identidade da cultura e da identidade nacional.

A.C. - Vou responder por meio de exemplos e de experiências vividas. De fato, no meu tempo de moço houve um período de politização da cultura, creio que sobretudo por causa das repercussões da Revolução Russa de 1917. Em 1934 deu-se o famoso congresso de escritores de Karkov, que definiu o realismo socialista e procurou subordinar a literatura à política. Antes, nos anos de 1920, tinha havido na Rússia, ao contrário, um período de grande liberdade criadora. O que se esperava era que a arte e a literatura fossem experimentais, que fossem totalmente livres, porque o moderno era sinônimo de avançado, de marcha para a frente. Trotski compreendeu essa liberdade, que fazia da aplicação da arte e da literatura à política uma opção, não uma imposição. No terreno institucional esta visão aberta era representada pelo ministro Lunatcharski. Mas no tempo do stalinismo o Congresso de Karkov inverteu a perspectiva e passou a induzir os escritores e artistas a não apenas adotarem métodos realistas e temas revolucionários, mas privilegiar o regime. Foi esta uma das dimensões que pesavam sobre os jovens no meu tempo. Eu cedi um pouco a isso no começo da minha atividade crítica, mas dei sempre relevo maior à liberdade criadora, que é o fundamental. Para os escritores e artistas politizados a ligação da arte e da literatura com a política tem de enfrentar um dilema: eles são livres e devem satisfações apenas a si mesmo, mas ao mesmo tempo podem querer servir os ideais de reforma da sociedade. Bem cedo meus amigos e eu adquirimos a convicção de que o fundamental é reconhecer a absoluta liberdade criadora e só incorporar a dimensão social e política se ela corresponder um impulso interior. Tivemos choques em alguns momentos com

os stalinistas, como no 2º Congresso Paulista de Escritores, realizado em Jaú no ano de 1949. Nós nos opusemos a que a declaração final de princípios fosse política, como era praxe no tempo da luta contra a ditadura do Estado Novo, quando não havia liberdade de expressão e era preciso aproveitar todas as oportunidades. Nós afirmamos em Jaú que o fundamental era a liberdade de criação, fazendo aprovar por grande maioria uma declaração neste sentido, elaborada de combinação por Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet e eu, todos membros do Partido Socialista. Um congressista, militante do Partido Comunista, chegou a dizer que estávamos castrando a Associação Brasileira de Escritores (promotora dos congressos). O fato é que a arte e a literatura, que levava Marx a valorizar o reacionário monarquista Balzac e não o socialista Eugène Sue, porque o primeiro, a despeito de suas idéias políticas, era capaz de representar a essência da realidade, enquanto o segundo fazia apenas declaração humanitária de segunda ordem. A liberdade de criação permite ao artista e ao escritor formularem a sua mensagem, e esta nos introduz em níveis redentores de humanização.

[FIM DO DEPOIMENTO]